

Memorando.FEAM/URA CM - CAT.nº 193/2025

Belo Horizonte, 17 de junho de 2025.

Para: Coordenação de Controle Processual Central Metropolitana (FEAM/URA/CCP CM)

Coordenadora

Assunto: Arquivamento do processo SLA 1693/2024 - POSTO MG10 LTDAlicenci

Referência: [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 2090.01.0006617/2025-77].

Prezada Coordenadora,

Em **13/09/2024**, foi formalizado, via Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA), o processo de licenciamento ambiental nº **1693/2024**, do empreendimento **POSTO MG10 LTDA.**, instalado zona urbana do município de **Jaboticatubas/MG**, à acesso lateral da rodovia MG 10, Km 68.7, n. 128 – bairro São José de Almeida (Imagem 01), na modalidade de licenciamento ambiental simplificado (LAS), via relatório ambiental simplificado (RAS).

A atividade a ser licenciada por meio deste processo foi enquadrada, conforme Deliberação Normativa (DN) Copam 217/2017, como Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação (código F-06-01-7), com capacidade instalada de 75m³, **porte pequeno e Classe 2**.

O processo foi instruído com RAS elaborado pelo arquiteto e urbanista Lineu Pereira de Souza, inscrito no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) sob o registro A117200 e portador do registro de responsabilidade técnica (RRT) 14562071, e a caracterização do empreendimento, aspectos, impactos e medidas de controle neste parecer expostas têm por origem tal documento.

Conforme informações da Infraestrutura de Dados Espaciais – IDE Sisema, a área pleiteada para a instalação do empreendimento está situada em **área de muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades**, em **zona de amortecimento da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço**, em **áreas de Segurança Aeroportuária de aeródromos - Lei nº 12.725/2012** e em **área de influência do patrimônio cultural protegido pelo IEPHA-MG**.

Imagem 01: Localização do empreendimento pretendido



Fonte: Google Earth Pro, acesso em 17/06/2025.

Em 29/10/2024, solicitou-se informações complementares e em 28/12/2024 foi automaticamente aprovado no SLA a prorrogação do prazo para a apresentação das respostas. Próximo ao vencimento destas, em 24/02/2025, foram juntadas as respostas e, em função de ter sido apresentado o relatório fotográfico local e a partir de então constatada a instalação do empreendimento, solicitou-se outras 05 informações adicionais.

Decorrido o prazo de 60 dias, o empreendedor solicitou, novamente, dilação de prazo para, em 13/06/2025, responder satisfatoriamente 03 dos pedidos. Dois deles, no entanto, não foram atendidos a contento, conforme narrado a seguir.

Para a denominada IC n. 08, solicitou-se

Considerando que está instalada a cobertura, o sistema de tratamento do efluente sanitário e oleoso e o piso da pista de abastecimento (com indicação das tampas dos tanques), conforme depreende-se do relatório fotográfico juntado aos autos, apresentar:

- a) relatório Técnico do Teste de Estanqueidade, para tanques subterrâneos, acompanhado de ART. No caso de renovações de licenças, observar a frequência mínima exigida para execução pelas normatizações da ABNT e em caso de tanques aéreos, apresentar o último relatório de inspeção;
- b) certificados expedidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial-INMETRO, ou entidade por ele credenciada, atestando a conformidade quanto a fabricação, montagem e comissionamento dos equipamentos e sistemas previstos no art. 4º da Resolução Conama 273/2000;
- c) Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) ou justificativa, caso o empreendimento ainda não tenha passado por vistoria.

Em resposta, foi juntado ofício datado de 22/04/2025, requerendo que a apresentação da AVCB fosse objeto de condicionante. Porém, nenhum dos outros documentos, solicitados nas alíneas “a” e “b” foi juntado aos autos.

Para a numerada IC n. 10, foi solicitada a apresentação dos documentos relacionados no “art.

5º da Resolução CONAMA 273/2000, no que couber, sendo os documentos, acompanhados por ART dos profissionais habilitados responsáveis pela elaboração”.

Todavia, dentre os documentos listados nesta Resolução, estão os acima especificados na IC n. 08 – não juntados – e outros dois apresentados satisfatoriamente.

Desse modo, solicitamos a análise, dessa Coordenação, quanto à possibilidade de arquivamento do referido processo de licenciamento ambiental.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rejane Maria da Silva Sanches**, **Servidor(a) Público(a)**, em 17/06/2025, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isabel Pires Mascarenhas Ribeiro de Oliveira**, **Servidor(a) Público(a)**, em 17/06/2025, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **116215669** e o código CRC **D6CD3640**.

Processo nº 2090.01.0006617/2025-77

Belo Horizonte, 18 de junho de 2025.

Procedência: Despacho nº 116/2025/FEAM/URA CM - CCP

Destinatário(s): Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana

Assunto: Sugestão de Arquivamento do Processo SLA 1693/2024

DESPACHO

Prezado Sr. Chefe da URA CM,

CONSIDERANDO toda a argumentação fática exposta no Memorando.FEAM/URA CM - CAT nº 193/2025 (116215669), elaborado pela equipe técnica da CAT, no sentido de que algumas das informações complementares solicitados ao empreendedor não foram atendidas e outras o foram de forma insatisfatória;

CONSIDERANDO o disposto no art. 33, II, do Decreto Estadual 47.383/2018, bem como o que preceitua o art. 26, §5º, da DN 217/2017;

CONSIDERANDO que a “Administração pode declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente” (Lei nº 14.184, de 31.01.2002);

Sugerimos o **arquivamento** do processo de licenciamento ambiental SLA LAS/RAS 1693/2024, do empreendimento Posto MG10 Ltda.", CNPJ 55.721.795/0001-19, localizado no Município de Jaboticatubas/MG.

Atenciosamente.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Luisa Ribeiro Teixeira Baptista**, Servidor(a) Público(a), em 18/06/2025, às 10:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **116285391** e o código CRC **9168F1F2**.

Referência: Processo nº 2090.01.0006617/2025-77

SEI nº 116285391

Memorando.FEAM/URA CM - CAT.nº 197/2025

Belo Horizonte, 23 de junho de 2025.

Para: Coordenação de Controle Processual Central Metropolitana (FEAM/URA/CCP CM)

Coordenadora

Assunto: Adendo ao Memorando 193 - Arquivamento do processo SLA 1693/2024 - POSTO MG10 LTDA

Referência: [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 2090.01.0006617/2025-77].

Prezada Coordenadora,

Em complemento ao Memorando.FEAM/URA CM - CAT.nº 193/2025 (116215669), vimos esclarecer o que se segue:

1. para a formalização de processo de licenciamento do código código F-06-01-7 (Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação) foram listados como obrigatórios os documentos:

A) Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) ou justificativa, caso o empreendimento ainda não tenha passado por vistoria;

B) Certidão Municipal (uso e ocupação do solo);

C) Certificado de Registro junto à ANP;

D) Certificado de Regularidade junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA);

E) Certificados expedidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial-INMETRO, ou entidade por ele credenciada, atestando a conformidade quanto a fabricação, montagem e comissionamento dos equipamentos e sistemas previstos no art. 4º da Resolução Conama 273/2000;

F) Comprovante de propriedade, posse ou outra situação que legitime o uso do espaço territorial para o desenvolvimento da atividade;

G) Estudo referente a critério locacional (cavidades);

H) Plano de manutenção de equipamentos e sistemas e procedimentos operacionais;

K) Plano de resposta a incidentes;

L) Programa de treinamento de pessoal;

M) RAS - Relatório Ambiental Simplificado;

N) Relatório Técnico do Teste de Estanqueidade, para tanques subterrâneos, acompanhado de ART. No caso de renovações de licenças, observar a frequência mínima exigida para execução pelas normatizações da ABNT e em caso de tanques aéreos, apresentar o último relatório de inspeção.

2. para aqueles indicados nas alíneas "A", "C", "E" e "N", foi alegado pelo empreendedor que o empreendimento estava em fase de projeto, conforme depreende-se de documentos juntados ao SLA. Salienta-se que estes documentos são abarcados pela Resolução Conama 273/2000;

3. além desses, estão previstos nos anexos do RAS, a obrigatoriedade de apresentar Relatório Fotográfico (Anexo XI), no qual deverão ser apresentadas as fotos do empreendimento evidenciando a situação atual (lançamento de resíduos e efluentes, captação de águas, principais benfeitorias, infraestrutura, dispositivos de tratamento dos efluentes e resíduos etc.), que também não foi juntado ao SLA quando da formalização;

4. em função disso, em 29/10/2024, foram solicitadas por meio de pedido de informações complementares (ICs) a apresentação do referido Relatório Fotográfico, além dos previstos na Resolução Conama 273/2000, cabíveis, dentre outros, totalizando 05 ICs;

3. em 28/12/2024, 03 as ICs foram respondidas a contento e aquelas relativas ao Relatório Fotográfico e aos documentos previstos na Resolução Conama 273/2000, foram objeto de dilação de prazo;

4. em 17/02/2025 foi juntado ao SLA Relatório Fotográfico (id 320349), a partir do qual constou-se a instalação do sistema de tratamento de efluentes líquidos, tanques e cobertura, ocorridos ainda em 12/2024 (116445897), conforme as datas das fotografias e outros;

5. para os demais documentos listados na Resolução Conama 273/2000, parte deles foi juntada, mas excluídos desta os previstos nas "A", "C", "E" e "N", acima especificados;

6. visto fato o superveniente, constatação da execução da instalação do empreendimento, inclusive, estando a pista de abastecimento concretada e com as tampas dos tanques alocadas e ainda com cobertura instalada, foram solicitadas novas informações complementares, inclusive tendo sido dada nova oportunidade para a entrega dos documentos "A", "C", "E" e "N", acima especificados e novo Relatório Fotográfico com detalhamento das instalações;

7. após novos pedidos de dilação de prazo para a juntada das respostas, em 13/06/2025, foram adequadamente respondidas 03 das 05 informações complementares solicitadas, dentre as respostas, novo Relatório Fotográfico (SLA id 345639) foi apresentado e com ele, observou-se a evolução da instalação do empreendimento (116445955); quanto aos documentos "A", "C", "E" e "N", foi novamente solicitada *"prorrogação de prazo para apresentar o teste de estanqueidade e o certificado do INMETRO, pois os mesmos só podem ser realizados após finalizar a instalação. Quanto ao AVCB estou anexando o ofício de justificativa, isto porque para obter o mesmo é necessário ter implantado o sistema de proteção contra incêndio".* Com relação à justificativa para a não juntada do AVCB (SLA id 334694) solicitou-se *"que o AVCB seja uma condicionante da licença, isto porque como projeto de incêndio do posto é um PTS (Projeto Técnico Simplificado), não é necessário aprovar o projeto, tem que ter terminado toda a obra e implantado os equipamentos de prevenção e combate a incêndio e pânico e solicitar a vistoria para obter o AVCB".*

8. Ressalta-se que além da prestação de informação inverídica (empreendimento em fase de projeto), da instalação do empreendimento e da desconsideração da apresentação dos documentos "A", "C", "E" e "N", em 17/02/2025, sequer foram apresentadas as notas fiscais de compra ou certificados atestando a conformidade quanto a fabricação, etc, dos tanques já instalados, sem licença ambiental, à despeito de todas as oportunidades concedidas.

Nestes termos,

considerando que o processo segue em análise técnica há 08 meses, dadas as sucessivas solicitações de dilação de prazo para responder às informações complementares;

considerando que foi declarado, quando da formalização do processo, que o empreendimento estava em fase de projeto e que, portanto, este não poderia ainda apresentar todos os documentos relacionados no art. 5º da Resolução Conama 273/2000, por duas vezes solicitadas;

considerando que o empreendimento está instalado;

considerando que não foram apresentados nenhum dos documentos "A", "C", "E" e "N";

considerando que não foram juntadas, sequer, as notas fiscais da compras dos tanques e equipamentos,

considerando o art. 26 Deliberação Normativa 217 de 2017;

considerando o art. 26 do Decreto 47.383, de 02/03/2018 e

considerando o previsto na Instrução de Serviço 06/2019 - Rev. 01,

solicitamos a ponderação dos apontamentos técnicos acima quando da decisão quanto à possibilidade de arquivamento do processo em comento.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rejane Maria da Silva Sanches, Servidor(a) Público(a)**, em 24/06/2025, às 13:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isabel Pires Mascarenhas Ribeiro de Oliveira, Servidor(a) Público(a)**, em 24/06/2025, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **116425347** e o código CRC **864D9397**.

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO





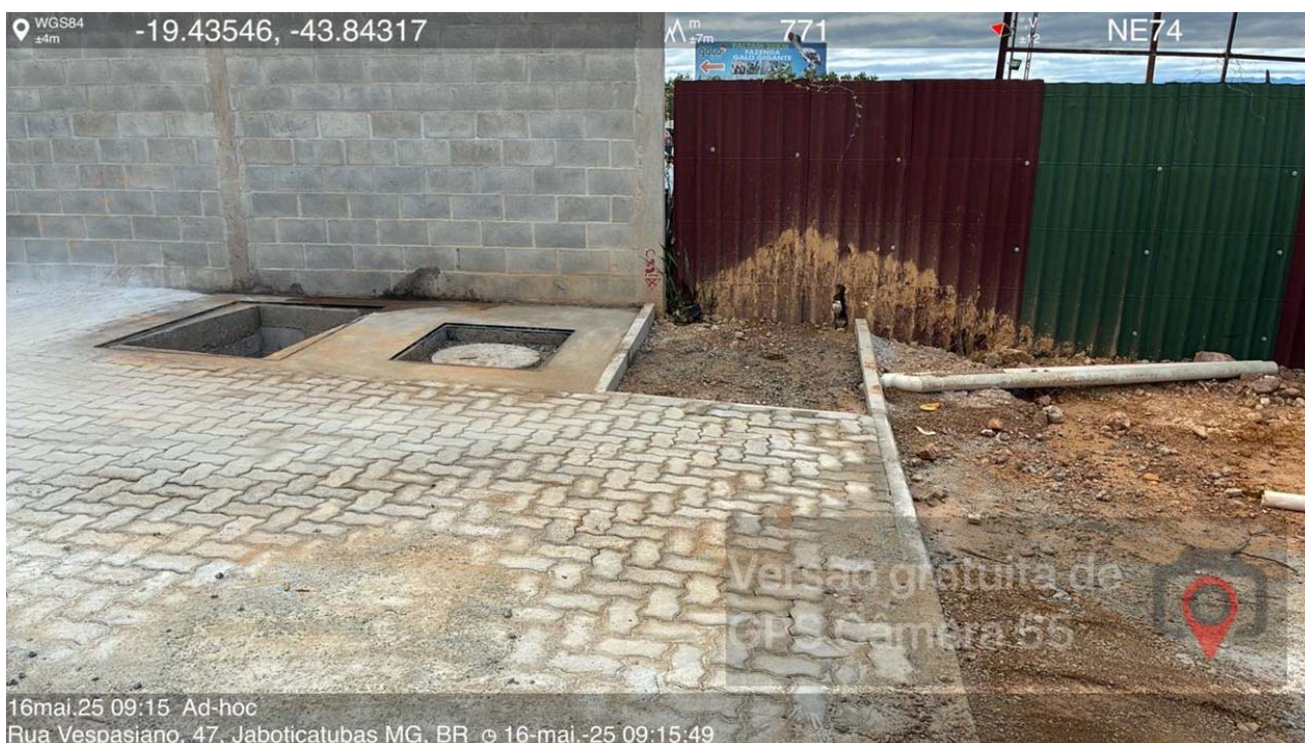




RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

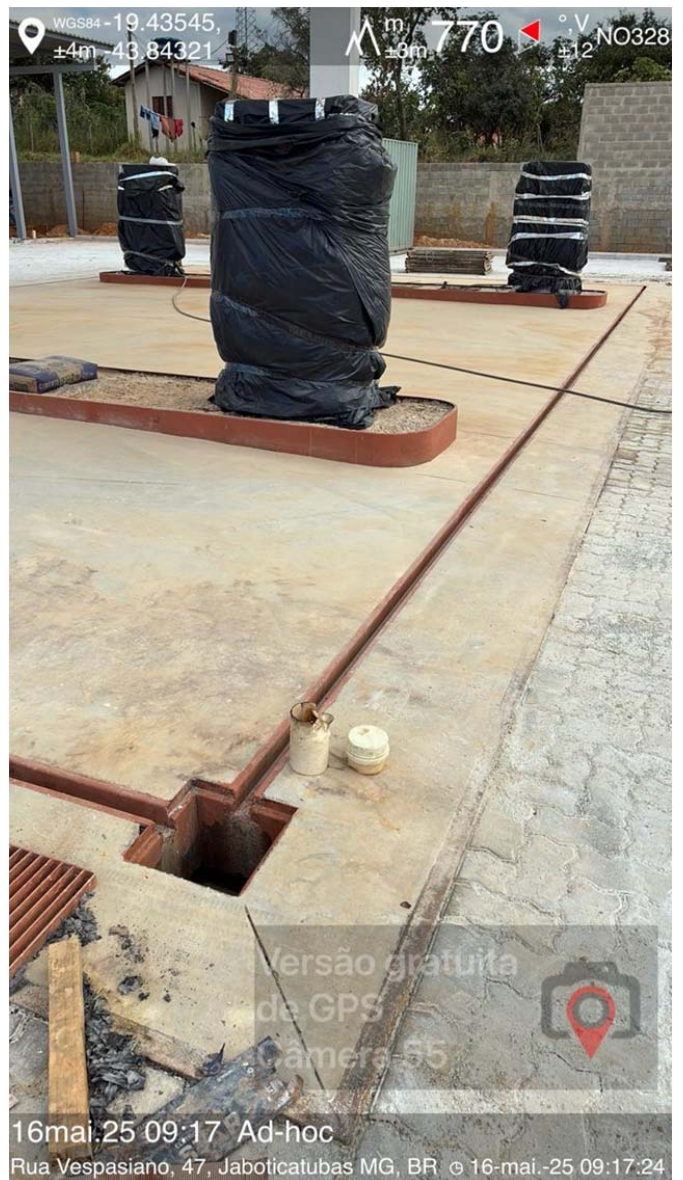
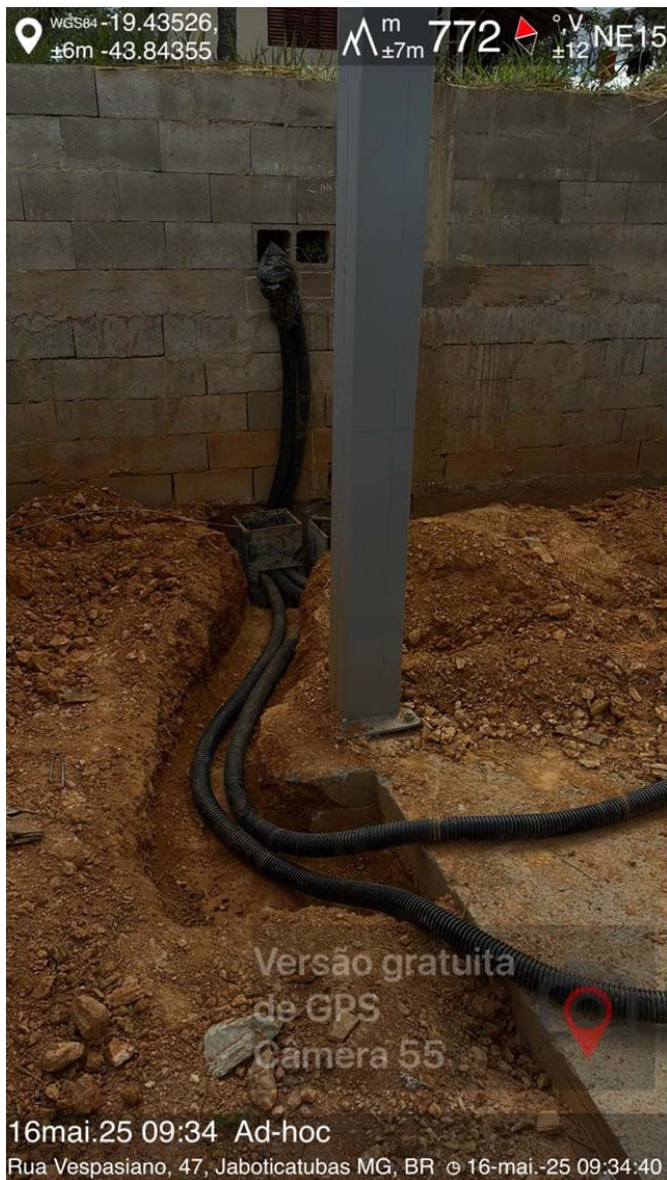


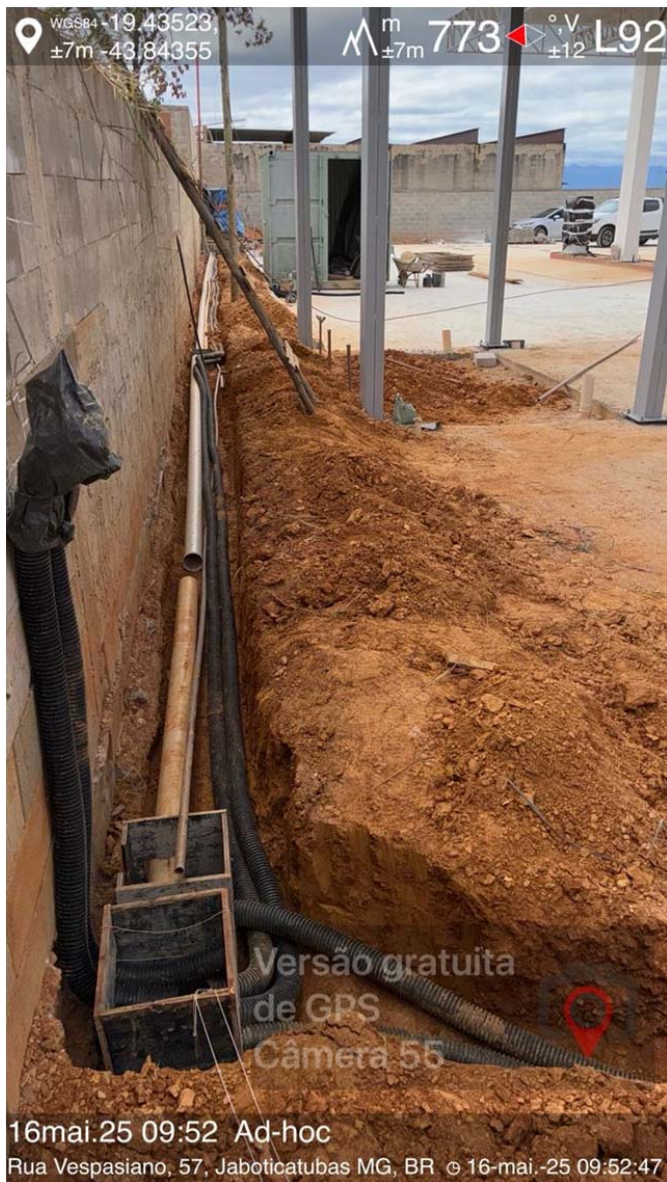












DESPACHO EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE DE TAD
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o Decreto Estadual nº 14.418/2022, de 16 de maio de 2022, considerando o cumprimento do Termo de Ajustamento Disciplinar – TAD nº 281/2024, declara EXTINTA A PUNIBILIDADE em relação a B.S.P., e o consequente arquivamento da Investigação Preliminar 2023.1334.0143.

Belo Horizonte, SEJUSP, 3 de julho de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE DE TAD
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o Decreto Estadual nº 14.418/2022, de 16 de maio de 2022, considerando o cumprimento dos Termos de Ajustamento Disciplinar – TAD nº 304 e 305/2024, declara EXTINTAS A PUNIBILIDADE em relação a A.R.J. e J.R., e o consequente arquivamento da Investigação Preliminar 2022.0966.0002.

Belo Horizonte, SEJUSP, 3 de julho de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE DE TAD
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o Decreto Estadual nº 14.418/2022, de 16 de maio de 2022, considerando o cumprimento do Termo de Ajustamento Disciplinar – TAD nº 059/2024, declara EXTINTA A PUNIBILIDADE em relação a R.D.S., e o consequente arquivamento da Investigação Preliminar 2023.0072.0143.

Belo Horizonte, SEJUSP, 3 de julho de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE DE TAD
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o Decreto Estadual nº 14.418/2022, de 16 de maio de 2022, considerando o cumprimento do Termo de Ajustamento Disciplinar – TAD nº 006/2024, declara EXTINTAS A PUNIBILIDADE em relação a H.L.M., e o consequente arquivamento do processo SEI 1520.01.0011727/2023-89.

Belo Horizonte, SEJUSP, 3 de julho de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

03 2095437 - 1

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

Expediente

Ato assinado em 01/07/2025, pelo Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em exercício – Leonardo Monteiro Rodrigues

O Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em exercício, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, atribui ao servidor Caio Alexandre Santos Caxico Vieira, MASP 1460636-2, a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização – GDAF-1 MD29, constante no Anexo I do Decreto nº 46.548/2014.

03 2095480 - 1

Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, torna público que foi DEFERIDO o requerimento de transferência de responsabilidade administrativa das licenças ambientais abaixo identificadas:

1) Transferência de Responsabilidade de Licença Ambiental, LAS CADASTRO, Rodomix Concreto, usinas de produção de concreto comum, Caeté/MG, certificado nº 1458, processo nº 1458/2021, classe 2. Válida até 25/03/2031, do responsável Rodomix Concreto, CNPJ 40.978.985/0001-49, para o novo titular 381 Mix - CNPJ: 49.198.263/0001-46. 1) Transferência de Responsabilidade de Licença Ambiental, LAS RAS, Transamerica Biomassa Ltda., reciclagem ou regeneração de outros resíduos classe 2 (não-perigosos) não especificados, Sete Lagoas/MG, certificado nº 1331, processo nº 1331/2024, classe 2. Válida até 19/08/2034, do responsável Transamerica Biomassa Ltda, CNPJ 51.006.241/0001-89, para o novo titular Queiroz Comércio de Produtos Minerais e Serviços Ltda. - CNPJ: 52.988.228/0001-35.

(a) Mateus Romão Oliveira
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, torna público o arquivamento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado:

*Licença Ambiental Simplificada (LAS RAS): 1)Posto MG10 Ltda., postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Jaboticatubas/MG, Processo nº 1693/2024, classe 2. Motivo: algumas das informações complementares solicitadas ao empreendedor não foram atendidas e outras o foram de forma insatisfatória.

(a) Mateus Romão Oliveira
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, torna público o indeferimento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado:

*Licença Ambiental Simplificada (LAS RAS): 1) Paulo Marcio Dias Ferreira de Souza, avicultura, Jequitibá/MG, Processo nº 14361/2025, classe 2. Motivo: não apresentação de atos autorizatórios para utilização de recursos hídricos e para intervenção ambiental, nos termos do artigo 15 da Deliberação Normativa Copam, 217/2017.

(a) Mateus Romão Oliveira
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, convoca os interessados a comparecer à Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Empreendimento Ferro + Mineração S.A., Processo nº 100/2025, Classe 6, Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação e de Operação (LACI), localizado no município de Congonhas/MG, a se realizar no dia 31 de julho de 2025 às 19 h, no Auditório da Escola Municipal Engenheiro Oscar Weinschenck, localizada à Rua Padre João Pio nº 115, Matriz, no município de Congonhas/MG, Informa, ainda, que o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) se encontra à disposição dos interessados no site <http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiencia>.

(a) Mateus Romão Oliveira
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana.

03 2095445 - 1

DIÁRIO DO EXECUTIVO

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO
(PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DE
“MG” NO DIA 31/01/2025 - PAG. 16)
REQUERIMENTO DE DAIA

O Supervisor Regional da URFBio Alto Paranaíba torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram Documento Autori-zativo para Intervenção Ambiental.

Onde se lê:
(...)
*Sérgio Adriane Guimarães - Supressão de cobertura vegetal nativa/ Fazenda Nossa Senhora dos Remédios, lugar Lagoa - Serra do Salitre/ MG - PA/Nº: 2100.01.0046475/2024-67. Data: 23/01/2025.

Leia-se:
(...)
*Sérgio Adriane Guimarães - Supressão de cobertura vegetal nativa/ Fazenda Nossa Se-nhora dos Remédios, lugar Lagoa - Serra do Salitre/ MG - PA/Nº: 2100.01.0005779/2025-40. Data: 19/02/2025.
(...)

(PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DE
“MG” NO DIA 01/03/2025 - PAG. 13)
REQUERIMENTO DE DAIA

O Supervisor Regional da IEF/URFBio Alto Paranaíba torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental.

Onde se lê:
(...)
*Arlinda Lopes de Almeida - Supressão de vegetação nativa, Intervenção em APP com supressão de vegetação nativa e Relocação de Reserva Legal - Douradoquara/MG - PA SEI nº: 2100.01.0004578/2025-69 - Data: 17/02/2025.

Leia-se:
(...)
*Arlinda Lopes de Almeida - Supressão de vegetação nativa, Intervenção em APP com supressão de vegetação nativa e Relocação de Reserva Legal - Douradoquara/MG - PA SEI nº: 2100.01.0006654/2025-83 - Data: 27/02/2025.

(a) Frederico Fonseca Moreira
Supervisor Regional da URFBio Alto Paranaíba

03 2095058 - 1

REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA
INTERVENÇÃO AMBIENTAL

O Supervisor Regional da URFBio Triângulo do IEF torna público que os requerentes solicitaram Autorização para Intervenção Ambiental, conforme processos abaixo identificados:

*Assis e Shimada Empreendimentos Agrícolas Ltda/Fazenda Priscylla – CNPJ **376.674/0001-** - Intervenção com supressão da cobertura vegetal nativa em área de preservação permanente - Monte Alegre de Minas/MG - Processo Nº 2100.01.0015627/2025-21: em 01/07/2025. *Rumos Distribuidora de Petróleo S.A/Fazenda Eldorado, antiga Fazenda Palma da Babilônia – CNPJ **767.247/0001-** - Supressão da cobertura vegetal nativa com destoca – Uberlândia/ MG - Processo Nº 2100.01.0011967/2025-95: em 01/07/2025. *Maria José Bueno Crubelati/Fazenda Embaúba– CPF ***903.226-** - Supressão da cobertura vegetal nativa com destoca – Veríssimo/MG - Processo Nº 2100.01.0016664/2025-55: em 01/07/2025. *Armando de Souza Facirolli/Fazenda Três Pontinhos– CPF ***911.058-** - Supressão da cobertura vegetal nativa com destoca– Veríssimo/MG - Processo Nº 2100.01.0016680/2025-11: em 01/07/2025. *Silmar Batista Munhoz/Projeto de Assentamento Floresta Fernandes – CNPJ ***487.066-** - Supressão da cobertura vegetal nativa com destoca – Uberlândia/MG - Processo Nº 2100.01.0001739/2025-92: em 01/07/2025.*Vale do Rio Grande Reflorestamento Ltda/Loteamento Vida Nova Uberlândia – CNPJ **447.244/0001-** - Intervenção com supressão da cobertura vegetal nativa em área de preservação permanente/Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas – Uberlândia/MG - Processo Nº 2100.01.0010502/2025-74: em 01/07/2025.

(a) Carlos Luiz Mamede
O Supervisor Regional da URFBio Triângulo.

03 2095131 - 1

INFORMA DA LAVRATURA DE AUTO DE INFRAÇÃO
E APLICAÇÃO DAS RESPECTIVAS PENALIDADES

A Supervisora Regional do IEF da URFBio Centro Oeste, no uso de suas atribuições, conforme artigo 4º da Lei nº 15.971/2006, torna público a lavratura dos seguintes Autos de Infração e aplicação das respectivas penalidades:

*Residencial Nova Esperança SPE LTDA - AI 201715/2025 – Supressão da vegetação nativa – Multa simples – R\$ 20.601,12 – Intervenção em APP – Multa simples – R\$ 2.746,88 – Divinópolis, 03 de Julho de 2025

(a) Luciana Fátima de Rezende Oliveira
Supervisora da URFBio Centro Oeste – Instituto Estadual de Florestas

INFORMA DA CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO
PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

A Supervisora Regional da URFBio Centro Oeste do Instituto Estadual de Florestas – IEF, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 38, § único, I, do Decreto 47.892 de 23 de março de 2020, torna público a concessão de Autorização para Intervenção Ambiental do(s) processo(s) abaixo identificado(s):

*Agropecuária 2J S/A – Corte ou aproveitamento, de árvores isoladas nativas vivas – simplificado – Pitangui/MG – PA/Nº 2100.01.0015829/2025-96;

(a) Luciana Fátima de Rezende Oliveira
Supervisora Regional – URFBio Centro Oeste.

INFORMA DO ARQUIVAMENTO DE SOLICITAÇÃO DE
AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

A Supervisora Regional da URFBio Centro Oeste do Instituto Estadual de Florestas – IEF, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 38, § único, I, do Decreto 47.892 de 23 de março de 2020, torna público o arquivamento dos processos abaixo identificados:

*Hervécio Braga de Barcelos – Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente - APP – Pitangui/ MG – PA/Nº 2100.01.0044691/2024-26.

*Fábio Rodrigues Evangelista - Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente - APP – Martinho Campos/MG – PA/Nº 2100.01.0044691/2024-26.

*Maria das Dores de Aquino - Corte ou aproveitamento, de árvores isoladas nativas vivas – convencional – Martinho Campos/MG – PA/ Nº 2100.01.0053899/2022-27.

(a) Luciana Fátima de Rezende Oliveira
Supervisora Regional – URFBio Centro Oeste.

03 2095602 - 1

O Supervisor Regional da URFBio Sul do IEF torna público que o requerente abaixo identificado solicitou Autorização para Intervenção Ambiental, conforme o processo abaixo identificado:

*Associação Comunitária dos Moradores da Reserva Natural do Mattutu/Associação de Moradores da Reserva Natural do Mattutu - CNPJ 07.715.209/0001-80 - Tipo de intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo - Aiuruoca/MG - Processo Nº 2100.01.0018273/2025-68: em 03/07/2025.

(a) Ronaldo Carvalho de Figueiredo
O Supervisor Regional URFBio Sul.

03 2095546 - 1

TORNA-SE SEM EFEITO

Torna-se sem efeito a Autorização para Intervenção Ambiental publicada no DOMG em 18/06/2025, Diário do Executivo, pág. 11, do seguinte processo: *Leonardo Veloso Barbosa e Outro/Fazenda Santo André – CPF: ***.731.821.-** – Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo em 14,6000 ha e o corte ou aproveitamento de 448 árvores isoladas nativas vivas em 19,5604 ha – São Romão/MG – Processo SEI nº 2100.01.0011353/2025-86.

(a) Mário Lúcio dos Santos
Supervisor da URFBio Alto Médio São Francisco.

INFORMA A CONCESSÃO DE AIA

O Supervisor da URFBio Alto Médio São Francisco torna público que foi concedida Autorização para Intervenção Ambiental ao seguinte processo: *Leonardo Veloso Barbosa e Outro/Fazenda Santo André – CPF: ***.731.821.-** – Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo em 16,6000 ha e o corte ou aproveitamento de 448 árvores isoladas nativas vivas em 19,5604 ha – São Romão/MG – Processo SEI nº 2100.01.0011353/2025-86 – Validade: 03 (três anos), a contar da data da emissão: 03/07/2025.

(a) Mário Lúcio dos Santos
Supervisor da URFBio Alto Médio São Francisco.

03 2095539 - 1

Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam

Diretor-Geral: Marcelo da Fonseca

A Coordenadora da Unidade Regional de Gestão das Águas Urga, do Alto São Francisco, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 44, de 25 de setembro de 2023, prorrogada pela Portaria Igam nº 28, de 25 de setembro de 2024, cientifica os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

*Processo nº 17061/2025, Usuário: ArcelorMittal Bioflorestas Ltda, Bom Despacho, Deferido com condicionantes, Portaria nº 12.01.0018895.2025, *Processo nº 10419/2025, Usuário: Gilmar de Sá Mendes, Morro da Garça, Deferido com condicionantes, Portaria nº 12.01.0018896.2025, *Processo nº 16092/2025, Usuário: Arborgen Tecnologia Florestal Ltda, Martinho Campos, Deferido com condicionantes, Portaria nº 12.01.0018997.2025, *Processo nº 16094/2025, Usuário: Arborgen Tecnologia Florestal Ltda, Martinho Campos, Deferido com condicionantes, Portaria nº 12.01.0018998.2025, *Processo nº 16710/2025, Usuário: Antônio Donizette de Freitas, Itaúna, Deferido com condicionantes, Portaria nº 12.01.0019000.2025, *Processo nº 18127/2025, Usuário: Brancal Indústria e Comércio de Cal Eireli, Córrego Fundo, Deferido com condicionantes, Portaria nº 12.01.0019064.2025, *Processo nº 18134/2025, Usuário: Concrelagos Concreto S/A, Pompéu, Arquivado, Portaria Igam nº 48/2019, art. 54-A, inciso I, Portaria nº 12.03.0000277.2025.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta no Sistema de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos - Sout. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do Igam: www.igam.mg.gov.br. Belo Horizonte, 03 de Julho de 2025.

03 2095433 - 1

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas Urga, da Central Metropolitana, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 44, de 25 de setembro de 2023, prorrogada pela Portaria Igam nº 28, de 25 de setembro de 2024, cientifica os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

*Processo nº 01412/2025, Usuário: Adair Ribeiro dos Santos, Caeté, Deferido com condicionantes, Portaria nº 13.01.0018863.2025, *Processo nº 04107/2025, Usuário: Carlos Mauricio Vasconcelos Gonzaga, Sete Lagoas, Deferido com condicionantes, Portaria nº 13.01.0018872.2025, *Processo nº 04778/2025, Usuário: Alceu José Torres Marques, Jaboticatubas, Deferido com condicionantes, Portaria nº 13.01.0019111.2025, *Processo nº 14616/2025, Usuário: Associação Comunitária Quintas da Fazendinha, Matozinhos, Deferido com condicionantes, Portaria nº 13.01.0019125.2025, *Processo nº 14298/2025, Usuário: IEDUC – Instituto de Educação e Cultura S/A, Belo Horizonte, Deferido com condicionantes, Portaria nº 13.01.0018876.2025, *Processo nº 15267/2025, Usuário: Andrade e Soares Ltda, Caeté, Deferido com condicionantes, Portaria nº 13.01.0019137.2025.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta no Sistema de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos - Sout. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do Igam: www.igam.mg.gov.br. Belo Horizonte, 03 de Julho de 2025.

03 2095453 - 1

A Coordenadora da Unidade Regional de Gestão das Águas Urga, da Zona da Mata, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 44, de 25 de setembro de 2023, prorrogada pela Portaria Igam nº 28, de 25 de setembro de 2024, cientifica o interessado abaixo relacionado das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

*Processo nº 03528/2025, Usuário: Guilherme Azevedo de Souza, Juiz de Fora, Arquivado, Portaria Igam nº 48/2019, art. 54-A, inciso III, Portaria nº 20.03.0000260.2025, *Processo nº 17566/2025, Usuário: Leandro Marciano Lopes, Tocantins, Deferido com condicionantes, Portaria nº 20.01.0018584.2025, *Processo nº 17257/2025, Usuário: Boa Fé Empreendimentos SPE Ltda, Belmiro Braga, Deferido com condicionantes, Portaria nº 20.01.0018154.2025, *Processo nº 17368/2025, Usuário: Marluvas Equipamentos de Segurança Ltda, Dores de Campos, Deferido com condicionantes, Portaria nº 20.01.0018579.2025, *Processo nº 17484/2025, Usuário: Gabriel Paiva da Silva da Silva Lima, Santa Rita de Ibitipoca, Deferido com condicionantes, Portaria nº 20.01.0018582.2025, *Processo nº 0007470/2025, Usuário: Stone Wash Lavanderia Ltda, São João Nepomuceno, Renovação com Retificação da Portaria nº 1006571/2019, Deferido com condicionantes, Novo Processo nº 0007470/2025, Nova Portaria nº 20.01.0017640.2025, *Processo nº 0047068/2024, Usuário: Moinho Negócios de Transformação Social S/A, Juiz de Fora, Arquivado, Decreto 47705/2019, art. 23, Portaria nº 20.03.0000238.2025, *Processo nº 0047069/2024, Usuário: Moinho Negócios de Transformação Social S/A, Juiz de Fora, Arquivado, Decreto 47705/2019, art. 23, Portaria nº 20.03.0000239.2025, *Processo nº 17561/2025, Usuário: Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA/MG, Conselheiro Lafaiete, Deferido com condicionantes, Portaria nº 20.01.0018990.2025, *Processo nº 0043757/2024, Usuário: Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA/MG, Cedro do Abaeté, Arquivado, Decreto 47705/2019, art. 24, § 3º, Portaria nº 20.03.0000272.2025.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta no Sistema de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos - Sout. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do Igam: www.igam.mg.gov.br. Belo Horizonte, 03 de Julho de 2025.

03 2095397 - 1



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/Autenticidade>, sob o número 3202507040002280110.

Publicação de Arquivamento de Processo (117414362) SEI 2090.01.0006617/2025-77 / pg. 20



DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da URA Central Metropolitana, no uso de suas atribuições, com base no art. 8º, inciso VII da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, de acordo com o art. 17 ou art. 23 do Decreto nº 48.707, de 25 de outubro de 2023, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi ARQUIVADO.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : POSTO MG10 LTDA

CNPJ/CPF : 55.721.795/0001-19

Empreendimento : POSTO MG10 LTDA

Endereço da Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : Acesso Lateral da Rodovia MG 10 número/km 128 KM 68.7 Bairro São José de Almeida CEP 35835-000 Jaboticatubas - MG

Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:

Jaboticatubas (LAT) -19.4354, (LONG) -43.8433

Fator locacional resultante : 1

Classe predominante resultante : 2

Modalidade de licenciamento : LAS RAS

Processo Administrativo Licenciamento : 1693/2024

Motivo da decisão:

Considerando os documentos Memorando.FEAM/URA CM - CAT.nº 193/2025, Memorando.FEAM/URA CM - CAT.nº 197/2025 e Despacho nº 116/2025/FEAM/URA CM - CCP, elaborados, respectivamente, pelas equipes técnica e jurídica da URA CM; Considerando a situação fática, acompanhada da fundamentação jurídica, constante dos mencionados documentos; Considerando que a "Administração pode declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente" (Lei nº 14.184, de 31.01.2002); Decido pelo arquivamento do processo de licenciamento ambiental SLA LAS/RAS 1693/2024, do empreendimento Posto MG10 Ltda.", CNPJ 55.721.795/0001-19, localizado no Município de Jaboticatubas/MG.

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Belo Horizonte, 03/07/2025.

Documento assinado eletronicamente por MATEUS ROMAO OLIVEIRA, Chefe da Unidade, em 03/07/2025 14:31 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018. O recurso poderá ser instruído via Sistema Eletrônico de Informações - SEI - diretamente à unidade regional responsável pela análise do processo em referência.

Atenção: O órgão ambiental não faz contato telefônico com o empreendedor e/ou seus representantes para oferecer prestação de serviços de recurso da presente decisão, tampouco cobra taxas desassociadas de Documento de Arrecadação Estadual - DAE.